



Universidade de Brasília - UnB
Faculdade de Educação
Curso de Especialização em
Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça

ARTUR ANTÔNIO DOS SANTOS ARAÚJO

**INTERSETORIALIDADE E INTERSECCIONALIDADE:
GESTÃO DO PLANO DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA CONTRA A
JUVENTUDE NEGRA**

Brasília – DF
2014

ARTUR ANTÔNIO DOS SANTOS ARAÚJO

**INTERSETORIALIDADE E INTERSECCIONALIDADE:
GESTÃO DO PLANO DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA CONTRA A
JUVENTUDE NEGRA**

Monografia apresentada a Universidade de Brasília (UnB) como requisito para obtenção do grau de Especialista em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça.

Professor Orientador: Dr^a Renísia Cristina Garcia Filice

Brasília – DF

2014

ARTUR ANTONIO DOS SANTOS ARAÚJO

**INTERSETORIALIDADE E INTERSECCIONALIDADE:
GESTÃO DO PLANO DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA CONTRA A
JUVENTUDE NEGRA**

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça do aluno

Artur Antônio dos Santos Araújo

Dr^a Renísia Cristina Garcia Filice
Faculdade de Educação - FE/UnB
Professora-Orientadora

Dr^a Shirleide Pereira da Silva Cruz
Faculdade de Educação - FE/UnB
Professora-Examinadora

Brasília/DF, 28 de junho de 2014

AGRADECIMENTOS

À Deus, que me guia em todos os momentos e me proporciona boa índole, sabedoria, paciência e amor ao próximo.

Aos meus pais, Antônio Carlos Ribeiro de Araújo e Josefa Cleide dos Santos, pelo apoio incondicional e constante incentivo,

Aos meus irmãos e irmãs, Cleiton dos Santos Araújo, Hercules dos Santos Araújo, Dayana Kelly dos Santos Araújo, Virgínia dos Santos Araújo e ao meu sobrinho Thomas Miguel recém chegado ao mundo, pela presença e ajuda, nos momentos em que são necessários.

À minha amada Ivanete Ferreira de Sá e Bianka Ferreira Araújo pelo constante apoio, atenção, carinho e compreensão durante todo o período de elaboração deste trabalho.

À Professora Renísia Cristina Garcia Filice, *por acreditar no meu trabalho, pela paciência e dedicação no processo de orientação.*

À Mariana Létti, Tutora do curso GPPGeR, pelo apoio e conhecimento compartilhado durante a realização das etapas do curso.

Por fim, agradeço a todos que de forma direta ou indiretamente contribuíram para o sucesso desta Monografia

DA PAZ

*Eu não sou da paz. Não sou mesmo não.
Não sou. Paz é coisa de rico. Não visto
camiseta nenhuma, não, senhor. Não solto
pombo nenhuma, não, senhor. Não venha
me pedir para eu chorar mais. Secou.*

*A paz é uma desgraça. Uma
desgraça. Carregar essa rosa. Boba na
mão. Nada a ver. Vou não. Não vou fazer
essa cara. Chapada. Não vou rezar. Eu é
que não vou tomar a praça. Nessa multidão.*

*A paz não resolve nada. A paz marcha. Para
onde marcha? A paz fica bonita na televisão.
Viu aquele ator? Se quiser, vá você, diacho.
Eu é que não vou. Atirar uma lágrima. A paz
é muito organizada. Muito certinha, tadinha.*

*A paz tem hora marcada. Vem governador
participar. E prefeito. E senador. E até
jogador. Vou não. Não vou. A paz é perda
de tempo. E o tanto que eu tenho para fazer
hoje. Arroz e feijão. Arroz e feijão. Sem
contar a costura. Meu juízo não está bom.
A paz me deixa doente. Sabe como é? Sem
disposição. Sinto muito. Sinto.*

*A paz não vai estragar o meu domingo.
A paz nunca vem aqui, no pedaço.
Reparou? Fica lá. Está vendo?
Um bando de gente. Dentro dessa fila
demente.
A paz é muito chata.
A paz é uma bosta. Não fede nem cheira.
A paz parece brincadeira.
A paz é coisa de criança.*

*Tá uma coisa que eu não gosto: esperança.
A paz é muito falsa. A paz é uma senhora.
Que nunca olhou na minha cara. Sabe a
madame? A paz não mora no meu tanque.
A paz é muito branca.
A paz é pálida.
A paz precisa de sangue. Já disse.
Não quero.*

*Não vou a nenhum passeio.
A nenhuma passeata. Não saio.
Não movo uma palha. Nem morta.
Nem que a paz venha aqui bater na minha
porta. Eu não abro. Eu não deixo entrar.*

*A paz está proibida.
A paz só aparece nessas horas.
Em que a guerra é transferida. Viu?
Agora é que a cidade se organiza.
Para salvar a pele de quem?
A minha é que não é.
Rezar nesse inferno eu já rezo. Amém.
Eu é que não vou acompanhar andor de
ninguém. Não vou. Não vou.*

*Sabe de uma coisa: eles que se lasquem.
É. Eles que caminhem.
A tarde inteira.
Porque eu já cansei.
Eu não tenho mais paciência.
Não tenho. A paz parece que está rindo de
mim. Reparou?
Com todos os terços. Com todos os nervos.
Dentes estridentes. Reparou?
Vou fazer mais o quê, hein? Hein?*

*Quem vai ressuscitar meu filho, o Joaquim?
Eu é que não vou levar a foto do menino
para ficar exibindo lá embaixo.
Carregando na avenida a minha ferida.
Marchar não vou, ao lado de polícia.
Toda vez que vejo a foto do Joaquim, dá um
nó. Uma saudade. Sabe?
Uma dor na vista. Um cisco no peito. Sem
fim. Ai que dor! Dor. Dor. Dor.*

*A minha vontade é sair gritando.
Urrando. Soltando tiro.
Juro. Meu Jesus! Matando todo mundo.
É. Todo mundo.
Eu matava, pode ter certeza.
A paz é que é culpada. Sabe, não sabe?
A paz é que não deixa.*

(FREIRE, Marcelino. *Rasif - Mar que arrebenta*. Rio de Janeiro: Record, 2008.)

RESUMO

Este estudo tem como objeto de pesquisa o Plano de Prevenção à Violência Contra a Juventude Negra, denominado Juventude Viva, no Município de Maceió/AL. Para tanto, foi necessário descrever os objetivos, as principais ações e órgãos responsáveis pela Coordenação desse Plano. A relevância desse estudo se justifica porque os homicídios contra a juventude tem pautado a sociedade. Os dados de homicídios no Brasil, revelam a necessidade de ações pelo Estado para conter a violência e diminuir o número de homicídios. A respeito dos procedimentos metodológicos, o estudo foi baseado na pesquisa qualitativa. A análise foi realizada a partir de vários documentos, dentre estes, o Decreto que cria o Plano Juventude Viva, relatórios e guia de Implementação do Juventude Viva, fontes estatísticas (IPEA e IBGE), dados da Secretaria Nacional da Juventude da Secretaria Geral da Presidência da República (SNJ/SG) e Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR). As concepções teóricas que oferecem subsídios para este estudo se situam no campo das Políticas Públicas de promoção da igualdade racial e combate ao racismo, associada à discussão sobre intersetorialidade, Interseccionalidade, baseou-se nos seguintes seguintes teóricos: Ianni (1978), Oracy Nogueira (1998), Hasenbalg (1979), Richardson (1985), Ludke; André (1986), Godoy (1995), Guimarães (1999), Azevedo (2003), Jaccoud (2003), Garcia (2007), Florestan Fernandes ([1972]2007). Os resultados apresentados foram a constatação que os índices de homicídios contra a juventude negra continuam alarmantes, poucos resultados efetivos do Plano Juventude Viva e a necessidade de aprimorar a implementação da interseccionalidade e intersetorialidade na formulação, implementação e avaliação dessa política pública.

Palavras-chave: Juventude. Racismo. Intersetorialidade. Interseccionalidade e Homicídios.

SIGLAS

JUVIVA	Juventude Viva
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
SG	Secretaria Geral da Presidencia da Republica
SIM/MS	Sistema de Informação em Mortalidade do Ministério da Saúde
SEPPIR	Secretaria de Politicas de Promocao da Igualdade Racial
SNJ	Secretaria Nacional da Juventude
PPA	Plano Plurianual

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	08
CAPÍTULO 1 - Violência urbana e conceitos sobre a questão racial no Brasil.....	13
1.1. Estado da Arte - Juventude Negra e raça no campo das Políticas Públicas.....	14
1.2. Raça: categoria de análise	16
1.3. Gestão de Políticas Públicas e a interseccionalidade de raça e juventude	18
CAPÍTULO 2 - Notas sobre a Metodologia	22
2.1. Procedimentos Metodológicos	23
2.2. Caracterização das organizações gestoras do Plano: SNJ/SG e SEPPIR/PR	24
CAPÍTULO 3 - Ações do Plano Juventude Viva.....	24
CAPÍTULO 4 – Indicadores e diagnósticos de homicídios em Alagoas/AL	39
CONCLUSÃO.....	50
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	51

Considerações Iniciais

Esta monografia desenvolvida no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília/UnB, no curso de Especialização em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça/GPPGeR visa a obtenção do grau de especialista, e tem como objeto de pesquisa a implementação do Plano de Prevenção à Violência Contra a Juventude Negra, denominado Juventude Viva, em seu primeiro ano de implantação, no município de Maceió/AL.

O Plano Juventude Viva foi concebido para enfrentar a violência contra a juventude brasileira, especialmente os jovens negros. Os homicídios são hoje a principal causa de morte de jovens de 15 a 29 anos no Brasil, atingindo especialmente jovens negros do sexo masculino, moradores das periferias e áreas metropolitanas dos centros urbanos (Waiselfisz, 2012).

A violência letal contra a juventude tem pautado a sociedade e os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, haja vista que os índices de homicídios contra a juventude, especialmente, jovens negros estão subindo de forma acentuada e descontrolada. Essa questão tem sido noticiada pela imprensa e a sociedade tem reivindicado que o Executivo e o Legislativo adotem medidas para combater essa violência.

Os homicídios são a principal causa de morte de jovens de 15 a 29 anos no Brasil, atingindo especialmente jovens negros do sexo masculino, moradores das periferias e áreas metropolitanas dos centros urbanos¹.

De acordo com o Sistema de Informação de Mortalidade do Ministério da Saúde, entre 2001 e 2011, ocorreram 547.490 (quinhentos e quarenta e sete mil e quatrocentos e noventa) homicídios, sendo 188.378 pessoas brancas (34,4% do total) e 354.435 pessoas negros (64,7% do total). Entre 2008 e 2011 foram 206.005 homicídios, isso significa que a média anual é de 51,5 mil ou 141 homicídios diários. Observa-se que os 62 maiores conflitos armados do planeta² causaram, entre 2004 e 2007, um total de 208.349 mortes diretas.

¹Dados do Ministério da Saúde mostram que mais da metade (53,3%) dos 49.932 mortos por homicídios em 2010 no Brasil eram jovens, dos quais 76,6% negros (pretos e pardos) e 91,3% do sexo masculino.

²Global Burden of Armed Violence. Geneva Declaration Secretariat

A insegurança e violência no país atinge toda a sociedade brasileira, entretanto, destaca-se que é sobre a população negra, especialmente, sobre os jovens negros que incide o maior número de homicídios. Os homicídios são a principal causa de morte de jovens de 15 a 29 anos no Brasil, atingindo especialmente jovens negros do sexo masculino, moradores das periferias e áreas metropolitanas dos centros urbanos³.

Em Maceió/AL, de acordo com o IBGE (Censo 2010) o número de jovens corresponde a 258.440, sendo que 63,91% se declaram negros e 34,34% se declaram brancos.

De acordo com o Sistema de Informações de Mortalidade do Ministério da Saúde, em 2011, 535 jovens negros foram assassinados neste Município. O Mapa, por sua vez, apresenta informações do CENSO 2010 do IBGE acerca de óbitos de jovens por setor censitário. As informações do CENSO não se restringem a óbitos por causas violentas.

Nesse contexto, é relevante a reflexão sobre a necessidade de incorporar a dimensão racial às políticas públicas e conceitos sobre racismo institucional, intersectorialidade, interseccionalidade e ações afirmativas em Políticas Públicas. Deste modo, entende-se que o racismo é um elemento estruturante das relações sociais no Brasil e que este conceito deve estar correlacionado com as políticas públicas para enfrentar a violência contra a juventude.

Os dados revelam a necessidade de ações pelo Estado para conter a violência e diminuir o número de homicídios. Para tanto é preciso a oferta de políticas públicas para formação, profissionalização e inclusão social da juventude, bem como outras iniciativas no âmbito dos órgãos de segurança pública.

³Dados do Ministério da Saúde mostram que mais da metade (53,3%) dos 49.932 mortos por homicídios em 2010 no Brasil eram jovens, dos quais 76,6% negros (pretos e pardos) e 91,3% do sexo masculino.

O Juventude Viva faz parte do Plano Mais Brasil⁴ e consta como meta do governo na Lei do Plano Plurianual (PPA) 2012 - 2015 no Programa: 2034 - Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial.

O Plano se conecta aos seguintes Objetivos do PPA (BRASIL, volume II, 2013):

- a) Objetivo 0772 - Promover a incorporação da perspectiva da igualdade racial nas políticas governamentais, articulando ministérios e demais órgãos federais, estados e municípios.
- b) Objetivo 0776 - Instituir medidas de prevenção e enfrentamento do racismo institucional, fomentando a valorização da pluralidade étnico-racial em instituições públicas e privadas.
- c) Objetivo 0778- Estabelecer pactos intersetoriais e interinstitucionais que revertam as altas taxas de mortalidade precoce na população negra,garantindo seu direito à vida.

Destaca-se que é extremamente relevante que o PPA contemple o “Juventude Viva”, haja vista a necessidade de responsabilizar o Estado,sensibilizar gestores e gestoras para o problema, contribuir para a institucionalização do Plano e possibilitar maior visibilidade da dimensão interseccional nas políticas públicas.

De acordo com o Sistema de Informação em Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/DATASUS/MS 2011), o estado de Alagoas apresenta hoje a maior taxa de homicídio do país e é também o primeiro estado em taxas de homicídio contra negros.

A opção por Maceió/AL, também, se justifica porque Maceió ocupa a segundaposição entre as 132 cidades que concentram mais de 70% dos

⁴Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimento Estratégico. **Plano Mais Brasil PPA 2012-2015 : agendas transversais – monitoramento participativo: ano base 2012/ Volume 1** Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Planejamento e Investimento Estratégico ; Secretaria-Geral da Presidência da República, Secretaria Nacional de Articulação Social - Brasília : Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/SPI, 2013.

homicídios registrados no país e foi a primeira cidade a receber, do Ministério da Justiça, o Programa “Brasil Mais Seguro”.

Assim sendo, este estudo será sobre as ações do Programa em Maceió/AL, tendo em vista que essa cidade tem mais tempo de implementação, o qual fornece mais dados, melhor entendimento e análise dos resultados e ações do Plano.

O Plano Juventude Viva é coordenado pela Secretaria Nacional da Juventude/SNJ e Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial SEPPIR/PR. Este programa é uma ação interministerial que reúne mais de 30 ações e articula iniciativas de onze Ministérios: Secretaria Geral da Presidência da República, SEPPIR, Educação, Trabalho e Emprego, Saúde, Cultura, Justiça, Esportes, Desenvolvimento Social, Secretaria de Direitos Humanos e Secretaria de Políticas Para as Mulheres. (Mais Brasil, PPA 2012-2015. Volume II), o qual visa enfrentar a violência contra a juventude brasileira, especialmente os jovens negros, principais vítimas de homicídio no Brasil (SIM/DATASUS/MS e IPEA, 2013).

Nesse contexto, o Estado, reconhecendo a necessidade de proporcionar às gerações presentes e futuras melhorias na qualidade de vida e um renovado compromisso a favor da sociedade, para enfrentar a amplitude e a complexidade da violência urbana, surge a proposta do Plano Juventude Viva que busca responder essa demanda e melhorar as condições da seguridade cidadã.

Por isso, o objetivo geral deste trabalho é refletir sobre os resultados do Plano Juventude Viva e a relação entre as ações do Plano e o impacto nos índices de homicídios. Se houve diminuição e se essa diminuição está diretamente relacionada ao Plano Juventude Viva. Tendo em vista, demonstrar a centralidade da categoria raça nos indicadores de homicídios do país.

O objetivo específico é refletir sobre a inserção da temática racial no campo das políticas públicas. Nesse sentido, o trabalho busca responder as seguintes questões: porque a juventude negra tem sido a principal vítima dos homicídios e como se pode estabelecer relação entre raça/cor com a ocorrência de homicídios.

A fim de organizar o desenvolvimento deste estudo, estruturou-se este trabalho em quatro capítulos. No capítulo I, intitulado “Violência urbana e conceitos sobre a questão racial no Brasil”, são explorados aspectos pertinentes ao Programa Juventude Viva, especialmente, a implementação do Programa em Maceió/AL, os indicadores de homicídios no Brasil e a necessidade de Políticas Públicas para combater essa violência e diminuir o número de homicídios entre os jovens, especialmente, entre os jovens negros que são as maiores vítimas dessa violência letal. Também, este capítulo apresenta os conceitos e categorias essenciais para uma compreensão mínima sobre a discussão racial no Brasil.

No capítulo II, “Notas sobre a Metodologia: Fundamentos Teórico-Metodológico”, apresentamos os fundamentos teórico-metodológico e discussão sobre Políticas Públicas, a promoção da igualdade racial e combate ao racismo. Nesse mesmo sentido, discutiu-se a construção sócio-histórica do conceito de raça, o racismo à Brasileira e o papel das desigualdades raciais nos índices de homicídios no Brasil, especialmente, em Alagoas/AL.

No Capítulo III, “Ações do Programa Juventude Viva”, discorre-se sobre as ações prioritárias do Programa Juventude Viva em Maceió/AL para a diminuição de homicídios de jovens negros. Também, busca-se estabelecer relação teórica entre as iniciativas do programa e a discussão conceitual do campo das políticas públicas com base no delineamento traçado no campo da pesquisa.

Por fim, no Capítulo IV, “Indicadores e diagnósticos de homicídios em Alagoas/AL”, apresenta-se alguns indicadores e o diagnóstico de homicídios em Alagoas, apontando alguns resultados e fazendo a discussão entre indicadores e as ações do programa. Por fim, são desenvolvidas algumas reflexões visando contribuir para aprimorar o Plano Juventude Viva.

CAPÍTULO 1 - Violência urbana e conceitos sobre a questão racial no Brasil

Neste capítulo, são explorados aspectos pertinentes ao Programa Juventude Viva, especialmente, a implementação do Programa em Maceió/AL, os indicadores de homicídios no Brasil e a necessidade de Políticas Públicas para combater essa violência e diminuir o número de homicídios entre os jovens, especialmente, entre os jovens negros que são as maiores vítimas dessa violência letal. Assim, este capítulo apresenta os conceitos e categorias essenciais para uma compreensão mínima sobre a discussão racial no Brasil no intuito de responder porque a juventude negra tem sido a principal vítima dos homicídios e como se pode estabelecer relação entre raça/cor com a ocorrência de homicídios.

A violência letal contra a juventude tem pautado a sociedade e os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, haja vista que os índices de homicídios contra a juventude, especialmente, jovens negros estão subindo de forma acentuada e descontrolada (IPEA, 2013). Os homicídios são a principal causa de morte de jovens de 15 a 29 anos no Brasil, atingindo especialmente jovens negros do sexo masculino, moradores das periferias e áreas metropolitanas dos centros urbanos⁵.

De acordo com o Sistema de Informação de Mortalidade do Ministério da Saúde, entre 2001 e 2011, ocorreram 547.490 homicídios, sendo 188.378 de pessoas brancas (34,4% do total) e 354.435 de pessoas negras (64,7% do total). Entre 2008 e 2011, foram 206.005 homicídios no Brasil, isso significa que a média anual é de 51,5 mil ou 141 homicídios diários no país. Esses índices se aproximam ao número de mortes ocorridas nos 62 maiores conflitos armados do do planeta⁶, haja vista que estas guerras causaram, entre 2004 e 2007, um total de 208.349 mortes diretas.

⁵Dados do Ministério da Saúde mostram que mais da metade (53,3%) dos 49.932 mortos por homicídios em 2010 no Brasil eram jovens, dos quais 76,6% negros (pretos e pardos) e 91,3% do sexo masculino.

⁶Global Burden of Armed Violence. Geneva Declaration Secretariat

Esses dados de homicídios no Brasil, revelam a necessidade de ações pelo Estado para combater a violência e diminuir o número de homicídios. Nesse sentido, cabe ao Estado moderno, que se constitui de um conjunto de instituições públicas que envolvem múltiplas relações com o complexo social num território delimitado (Guilhermo, 1986), responder essa demanda da Sociedade.

Esses dados de homicídios indicam que a ordem social no Brasil se encontra ameaçada, pois a sua juventude negra tem sido exterminada. Por isso, o Estado deve propor ações para combater a violência urbana, reconhecer a necessidade de proporcionar à juventude negra melhorias na qualidade de vida e redução da vulnerabilidade social. Para tanto é preciso a oferta de políticas públicas para formação, profissionalização e inclusão social da juventude, bem como outras iniciativas no âmbito dos órgãos de segurança pública.

O poder político centralizado do Estado tem a responsabilidade por proporcionar a ordem dentro de seus domínios por meio de seu ordenamento jurídico. Portanto, essa violência não pode ficar sem resposta desse Estado.

Por isso, pretende-se avaliar os resultados do Plano Juventude Viva em Maceió e se já é possível averiguar a relação entre as ações do Plano e se impactou nos índices de homicídios contra jovens negros. Se houve diminuição e se essa diminuição está diretamente relacionada ao Plano Juventude Viva.

1.1. Estado da Arte - Juventude Negra e raça no campo das Políticas Públicas

O racismo à brasileira se manifesta na medida em que podemos observar que há profunda desigualdade entre os índices de violência resultando em morte entre jovens negros e brancos, pois recai sobre os jovens negros o maior índice de homicídios. De acordo com JACCOUD, “a desigualdade entre brancos e negros é hoje reconhecida como uma das mais perversas dimensões do tecido social no Brasil” (JACCOUD, 2003, p.131).

Nesse sentido, é fundamental a formulação de políticas públicas que estabeleçam pactos intersetoriais e interinstitucionais que revertam às altas taxas de mortalidade precoce na população negra.

Para a reversão deste quadro, Jaccoud (2003) observa necessidade de expansão da ação pública na perspectiva de criar um conjunto de ações

afirmativas, valorizativas, além de iniciativas inovadoras no campo do enfrentamento ao racismo institucional. Nesse contexto, que se localiza as ações do Juventude Viva que promove iniciativas e atividades que buscam desconstruir o racismo institucional das polícias e dos outros órgãos de governo.

O preconceito racial no Brasil envolve atitudes e comportamentos negativos das pessoas em relação ao negro, os quais se dão em função da cor. Como nos afirma Hasenbalg (1979:75), “a essência do preconceito racial reside na negação total ou parcial da humanidade do negro e outros não brancos e constitui a justificativa para exercitar o domínio sobre os povos de cor”.

O preconceito racial faz parte do sistema ideológico que, numa sociedade multirracial, defende o “status quo” ou os privilégios do grupo dominante, estando, portanto, associado a representações coletivas, estereótipos, argumentos e racionalizações que convergem para a mesma função. De acordo com Nogueira(1998:206):

“Toda a preferência por famílias de determinada descendência, posse ou outras qualidades deve ser considerada como estratificação”, pois que “condiciona, naturalmente, também a desvalorização de famílias ou pessoas de origem, atividade ou função diversas, na sociedade total”

As desigualdades no acesso a recursos e oportunidades aos negros e mulheres negras são as características mais marcantes que sobreviveram desde o período colonial. Mais marcante ainda é que sobre as pessoas negras recai um quesito específico, que é a representação de inferioridade intelectual, animalização, estereotipia e a violência com resultado morte entre a juventude.

Durante séculos essas desigualdades estruturais no Brasil persistem e o enfrentamento da desigualdade de raça foram tímidas, por isso, é quase imperceptível a diminuição dessas desigualdades estruturantes. As práticas que hierarquizam, discriminam e mantêm a população negra em condição de subalternidade são rotineiras e heranças do colonialismo no Brasil, consubstanciando situações de desigualdades e ausência de políticas públicas do Estado brasileiro para combater a violência contra a juventude negra do país.

Em decorrência dessa desigualdade estruturante, podemos observar, nitidamente, as desigualdades e discriminações raciais nos índices de violência.

Por isso, o combate ao racismo e a promoção da igualdade racial devem adquiriram lugar de maior centralidade nas formulações das políticas públicas.

1.2. Raça: categoria de análise

Neste trabalho, adoto a concepção de raça usada no sentido sociológico, de raça social, e não no de raça biológica, dado pela antropologia e pela genética. Isto significa que as raças são tomadas nas acepções dadas a partir da perspectiva das próprias pessoas envolvidas na situação social concreta em que se encontram, situação essa na qual os critérios biológicos são geralmente menos importantes, esquecidos, ou socialmente recriados,segundos os componentes sociais da situação⁷(Ianni, 1978).

A inclusão da categoria raça nos indicadores, bem como os avanços das pesquisas nas áreas de relações raciais, permitem desconstruir o pensamento difundido de que as desigualdades sociais se fundamentam apenas em problemas de classe e não de raça. Nesse contexto, é pertinente a reflexão da Garcia Filice (2007:53), a qual afirma que:

“as desigualdades, no contexto brasileiro, se apresentaram com significativa movimentação em direção às categorias de raça e classe. Estudos na vertente de classe têm sido frequentes. Raça, paradoxalmente, tem sido muito mencionada, mas pouco assumida como imprescindível nos estudos sobre a realidade do país. Apesar das contradições que a categoria raça atrai como uma prática cultural e social, ela alçou visibilidade e independência na explicação das desigualdades racial e socioeconômica no país, mas de uma forma tímida, distante de seu potencial explicativo de faces da conjuntura social, histórica, cultural e econômica brasileiras”.

Florestan Fernandes ([1972] 2007) afirma que a realidade racial brasileira não é tão harmônica como se imagina. Os estudos de Florestan contribuem para desconstruir o mito fortemente enraizado no imaginário popular e no pensamento

⁷Quanto ao conceito sociológico de raça, indicamos: Charles Wagley, *The Latin American Tradition*, Columbia University Press, New York, 1968. Cap. V; Michael Banton, *Racerelations*, Tavistock Publications, Longon, 1967, cap. 4; Gunnar Myrdal, *An American dilemma*, Harper & Brothers Publishers, New York, 1944, parte II; Roger Bastide e Florestan Fernandes, *Brancos e Negros em São Paulo*, Companhia Nacional, São Paulo, 1959, apêndice I; Octavio Ianni, *Raça e classes sociais no Brasil*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1972, quarta parte.

científico de que o Brasil seria um paraíso das relações raciais, onde não se verifica a desigualdade entre negros e brancos. A este respeito, Guimarães (2004, p.20) destaca alguns pontos essenciais das relações raciais no Brasil. Diz ele:

a igualdade formal de direitos entre brancos e negros no Brasil, além da ausência de conflitos raciais violentos, foi tomada desde cedo como estruturante de uma suposta 'democracia racial'. Ou seja, no Brasil, apesar das vicissitudes do autoritarismo, prevaleceria, no plano racial, o entrechoque de castas. Essa foi, sem dúvida, a razão porque muitos estudos de relações raciais no Brasil, desde o trabalho pioneiro de Donald Pierson (1971[1942]) em Salvador, tiveram tanta dificuldade em reconhecer, ainda quando tropeçando insistentemente sobre preconceito e discriminações, seu conteúdo propriamente racial.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) divulgou em 2013, um estudo sobre racismo no Brasil, o qual confirma que há grande desigualdade entre brancos e negros na prestação de serviço pelas polícias (IPEA, 2013). Esta desigualdade é explicitada pela diferença entre os números de homicídios entre a população branca e negra. De acordo com o estudo, a possibilidade de um adolescente negro ser vítima de homicídio é 3,7 vezes maior do que a de um branco.

Essa pesquisa afirma que existe racismo institucional na segurança publicado país, demonstrado principalmente nas ações das polícias. Embora, a insegurança e violência no país atinjam toda a sociedade, destaca-se que é sobre a população negra que incide o maior número de homicídios. Nesse contexto, se justifica o estudo sobre o conceito de racismo institucional para entendermos a falta de preparo das instituições em oferecer um serviço adequado às pessoas em função do seu pertencimento racial.

Pretende-se responder em que medida o racismo institucional é importante de ser analisado no campo das políticas públicas. De acordo Stokely Carmichael e Charles Hamilton (1967), Racismo Institucional "trata-se da falha

coletiva de uma organização em prover um serviço apropriado e profissional às pessoas por causa de sua cor, cultura ou origem étnica”⁸.

Desse modo, o Racismo Institucional manifesta o racismo nas estruturas de organização da sociedade e nas instituições, colocando a população negra em situação de desvantagem no acesso a benefícios produzidos pelo Estado e por demais instituições e organizações.

1.3. Gestão de Políticas Públicas e a interseccionalidade de raça, classe e juventude

As Políticas Públicas de Ações Afirmativas estão inseridas num contexto de complexo social e conjunto de instituições públicas que precisam refletir o direito da minoria e a interseccionalidade de raça, classe e juventude nas políticas públicas. Com a promulgação da Constituição Federal em 1988, o país inicia uma nova fase na formulação, execução e monitoramento das políticas públicas.

As ações de âmbito nacional, mais voltadas para a repressão e o controle, começam a ser questionadas e a se adequar ao reordenamento constitucional. Áreas como a da infância, antes tratada com reclusão e criminalização, passam por mudanças radicais. A saúde e a educação, de certo modo já monitoradas pela sociedade, tomam novo fôlego, ao mesmo tempo em que se abre espaço para as políticas para as mulheres, de garantia dos direitos sexuais e reprodutivos, entre outras.

Nesse contexto que as Ações Afirmativas buscam respaldo legislativo. A adoção de Ações Afirmativas para a promoção da igualdade étnico-racial é autorizada pela Lei Federal nº 12.288, de 20 de julho de 2010, que institui o Estatuto da Igualdade Racial.

As Ações Afirmativas objetivam corrigir estruturas discriminatórias que continuam atuando ou/e já atuaram no passado com seqüelas ainda presentes de forma a prejudicar a trajetória de certos grupos sociais. É de certa forma

⁸ Carmichael, S. e Hamilton, C. Black power: the politics of liberation in America. New York, Vintage, 1967, p. 4.

reconhecer as diferenças, lidando com elas de forma específica, para que não sejam desigualdades (Barbosa, 2001).

Para segmentos vulnerabilizados por um histórico de opressão, podem existir ações afirmativas na forma de políticas fundiárias, econômicas, habitacionais, nutricionais, educacionais, trabalhistas, etc. Como por exemplo, linhas de crédito específicas para fomento de atividades produtivas desses grupos ou leis de incentivo. Assim, há muitos tipos de ações afirmativas.

As Ações Afirmativas contam com o respaldo explícito de vários tratados internacionais de proteção aos Direitos Humanos que visam ao combate à discriminação racial e permitem a adoção de medidas positivas para mitigar seus efeitos, dos quais o Brasil é signatário. Entre eles, merece destaque a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, ratificada em 1968⁹, a qual explicita, no item I do seu artigo segundo, o que se segue:

Os Estados-Partes condenam a discriminação racial e comprometem-se a adotar, por todos os meios apropriados, e sem demora, uma política de eliminação da discriminação racial em todas as suas formas e de promoção da harmonia entre todas as raças(...)

O Ministro Luis Roberto Barroso, tal conjunto normativo é explícito e inequívoco: a ordem constitucional não apenas rejeita todas as formas de preconceito e discriminação, mas também impõe ao Estado o dever de atuar positivamente no combate a esse tipo de desvio e na redução das desigualdades de fato¹⁰.

Na terminologia que se tornou corrente, a Constituição protege tanto a igualdade formal quanto a igualdade material. Em tempos mais recentes, incorporou-se ao discurso constitucional também a ideia de igualdade

⁹Adotada pela Resolução n.º 2.106-A da Assembléia das Nações Unidas, em 21 de dezembro de 1965. Aprovada pelo Decreto Legislativo n.º 23, de 21.6.1967. Ratificada pelo Brasil em 27 de março de 1968. Entrou em vigor no Brasil em 4.1.1969. Promulgada pelo Decreto n.º 65.810, de 8.12.1969. Publicada no D.O. de 10.12.1969.

¹⁰Joaquim Barbosa Gomes, Ações afirmativas e o princípio constitucional da igualdade, 2001, p. 41: “Em síntese, trata-se de políticas e de mecanismos de inclusão concebidas por entidades públicas, privadas e por órgãos dotados de competência jurisdicional, com vistas à concretização de um objetivo constitucional universalmente reconhecido – o da efetiva igualdade de oportunidades a que todos os seres humanos têm direito”.

como reconhecimento. Esses três conceitos operam em sinergia para realizar, de forma plena, a ideia de igual respeito e consideração.

Nesse contexto, cabe assinalar que as políticas de promoção da igualdade racial e inclusão da Juventude Negra devem ser transversais e intersetoriais, ou seja, requer ações integradas entre as áreas da educação, esporte, saúde e segurança, entre outras. Por isso, os temas da interseccionalidade e intersetorialidade são objetos de reflexão desse trabalho.

Nesse sentido, cabe destacar o conceito de intersetorialidade proposto por Koga (2003, p. 238), onde afirma que a intersetorialidade destaca enquanto caminho de perspectiva para a política pública, a fim de articular as políticas sociais, urbanas, econômicas de forma a atuarem nos mesmos territórios prioritários da política.

Por sua vez, Junqueira (2004, p. 4, 9) afirma que a intersetorialidade constitui uma concepção que deve informar uma nova maneira de planejar, executar e controlar a prestação de serviços, de forma a garantir um acesso igual dos desiguais. Para o autor, a nova realidade criada a partir de um novo conhecimento deve ser partilhada no interior das organizações gestoras das políticas, e isso vai depender da mudança das práticas institucionais e das relações sociais que se estabelecem entre os diversos atores organizacionais e societários. Essas práticas deverão privilegiar a integração de saberes e experiências em prejuízo da setorialização e da autonomização.

Inojosa (2001, p. 4) define a intersetorialidade como a articulação de saberes e experiências para o planejamento, a realização de avaliação de políticas, programas e projetos, cujo fim é alcançar resultados cooperativos em situações complexas.

A intersetorialidade pode ser combinada a modelos de gestão da política pública. De modo que a intersetorialidade se realize à medida que diferentes áreas da gestão municipal, estadual se articulam e se integram com a gestão federal e com a sociedade civil a fim de atingir uma meta comum (Sposati, 2006).

A intersetorialidade contribui para a criação e reconhecimento de saberes resultante da integração entre as áreas setoriais. Sposati (2006, p. 140) vê a intersetorialidade não só como um campo de aprendizagem dos agentes institucionais, mas também como caminho ou processo estruturador da construção de novas respostas, novas demandas para cada uma das políticas

públicas. Por sua vez, Azevedo (2003, p. 41) acredita que a intersectorialidade diz respeito à inter-relação entre as diversas políticas.

Dessa maneira, pode-se observar que Inojosa (2001), Koga (2003), Junqueira (2004) e Sposati (2006) admitem que o território local deve ser privilegiado para realizar a articulação das políticas sociais, pois estes autores consideram importante a presença dos sujeitos que são alvo das referidas políticas, bem como a valorização desses sujeitos no atendimento aos direitos sociais por eles demandados.

Nessa perspectiva, observa-se um exercício de intersectorialidade no Programa Juventude Viva, pois busca-se o envolvimento de diferentes Ministérios e Secretarias na implementação desse plano, visando a garantir à Juventude Negra um conjunto de direitos sociais, econômicos e políticos, dos quais estavam excluídos.

Desta forma, o Plano Juventude Viva se insere na perspectiva de trabalho intersectorial e exige que projetos de diferentes Ministérios sejam formulados e realizados setorialmente, porém como foco na Juventude, e sob a Coordenação da Secretaria Nacional da Juventude da Secretaria Geral da Presidência.

Desse modo, o programa pretende desenvolver uma intersectorialidade que possibilite a realização de ações articulada do Estado para potencializar sua ação e responder o desafio de diminuir o número de homicídios entre os jovens negros. Deste modo, é relevante a reflexão sobre a necessidade de incorporar a dimensão racial às políticas públicas e conceitos sobre racismo institucional, intersectorialidade, interseccionalidade e ações afirmativas em Políticas Públicas.

No que se refere à interseccionalidade, Segundo Collins (1998, p.208), o conceito de interseccionalidade “[...] oferece um marco interpretativo para se pensar como as intersecções, por exemplo, de raça e classe, ou raça e gênero, ou sexualidade e classe formam a experiência de qualquer grupo através de contextos sociais específicos”. Contudo, acrescenta a autora, as diferentes formas de opressão não têm o mesmo peso; ela chama atenção para a necessidade de se teorizar sobre as hierarquias da interseccionalidade.

CAPÍTULO 2 – Notas sobre a Metodologia: Fundamentos Teórico-Metodológico

Neste capítulo, apresentamos os motivos da escolha em relação à pesquisa bibliográfica e análise documental, bem como a revisão da literatura que aborda a discussão sobre Políticas Públicas e promoção da igualdade racial, a construção sócio histórica do conceito raça e o papel das desigualdades raciais nos índices de homicídios em Alagoas.

Para RICHARDSON (1985), a metodologia qualitativa possibilita a descrição da complexidade de alguma problemática ser pesquisada, sobretudo, a problemática social que envolve diversas variáveis, processos dinâmicos de interação entre grupos sociais e comportamento dos indivíduos.

Os métodos qualitativos de investigação são de utilidades para o entendimento do contexto em que o fenômeno ocorre. Nesse sentido, os dados dessa pesquisa sobre o Juventude Viva são apropriados para análise nessa perspectiva qualitativa, posto que se faz a descrição das pessoas envolvidas na articulação do Plano, Ações do Programa e processos interativos entre a Sociedade Civil e Governo sobre essa agenda. Por isso, a pesquisa qualitativa é adequada pelo caráter descritivo dos dados coletados, a preocupação com os aspectos processuais e com o significado que os atores dão ao objeto (Ludke; André, 1986).

Para Minayo e Sanches (1993), é no campo da subjetividade que se afirma a abordagem qualitativa. A compreensão das relações e atividades humanas e dos significados que as animam é radicalmente diferente do agrupamento dos fenômenos sob conceitos e/ou categorias genéricas dadas pelas observações e experimentações e pela descoberta de leis que ordenariam o social.

O estudo será baseado na pesquisa qualitativa, haja vista que esta trabalha com valores, crenças, representações, hábitos, atitudes e opiniões, buscando aprofundar a complexidade de fenômenos, fatos e processos particulares e específicos de grupos mais ou menos delimitados em extensão e capazes de serem abrangidos intensamente.

Observou-se como desdobramentos da face do racismo institucional como se materializa na implantação do JUVIVA, bem como opera a sociedade brasileira vitimando a juventude brasileira, em especial negros. Para isso, foi preciso comparar os índices de homicídios nos Municípios de Maceió, após a

implementação do Plano. Deste modo, será possível entender como o Programa Juventude Viva realmente foi implementado e percebido em Maceió/AL, considerando “as múltiplas dimensões da experiência e do entendimento, atentando para a complexidade dos fenômenos – seu caráter processual, contextual, dinâmico e flexível –, só apreensível pelo entendimento de sua realização na prática”(RODRIGUES, 2008, p.117).

2.1. Procedimentos Metodológicos

Neste estudo, a pesquisa será documental de fontes primárias e secundárias, de acordo com Marconi; Lakatos, 2006, p: 62 “a fonte de coleta de dados está a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem se recolhidas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois”.

Diante disto, os procedimentos da pesquisa foram, também, realizar pesquisa documental de fontes secundárias, “relatórios de pesquisa baseado em trabalho de campo de auxiliares, estudo histórico que recorre aos documentos originais, pesquisa estatística baseada em dados do recenseamento, pesquisa que usa a correspondência de outras pessoas”(idem, p.63).

Nesse contexto, as informações foram obtidas por meio de documentos, tais como, Decreto que cria o Plano Juventude Viva, Guia de Implementação do Juventude Viva, Estatuto da Juventude, memorandos, fontes estatísticas (IPEA, IBGE e PNAD), relatórios do Sistema de Mortalidade do Ministério da Saúde, avisos interministerial da Secretaria Geral da Presidência/SNJ, convênios, contratos, relatórios, Guia de Implementação do Programa Juventude Viva nos Municípios, matérias jornalísticas e mapas de monitoramento produzidos pela Secretaria Nacional da Juventude/SNJ e Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR/PR.

Esses documentos foram estudados e analisados considerando o objetivo geral e os objetivos específicos da pesquisa. As informações serão discriminadas a seguir, foram selecionadas tendo em vista auxiliar a responder a pergunta norteadora sobre os resultados do Plano Juventude Viva nos índices de homicídios em Alagoas.

CAPÍTULO 3 - Ações do Programa Juventude Viva

Neste capítulo constam informações dos relatórios da SEPPIR sobre os programas de Governo de vários Ministérios: Saúde, Educação, Cultura, SNJ/SG, Esporte, Justiça, Trabalho que foi apresentadas no Balanço de 1 ano de Gestão do Plano em Alagoas e no Guia de Implementação do Programa Juventude Viva no Município de Maceió/AL 2012.

Breve caracterização das organizações gestoras do Plano: SNJ e SEPPIR/PR

A SEPPIR e a Secretaria Nacional de Juventude, da Secretaria-Geral da Presidência da República, são os coordenadores nacionais do Juventude Viva, elaborado com a parceria dos Ministérios da Justiça, Saúde, Educação, Trabalho e Emprego, Cultura.

A Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) foi criada por sugestão de um Grupo Interministerial, implementado em 2004 para fazer um diagnóstico da juventude brasileira e dos Planos do governo federal destinados a esse público.

Sob a coordenação da Secretaria-Geral da Presidência da República, o Grupo, que reuniu representantes de 19 Ministérios, recomendou a criação da Secretaria, do Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) e do Plano Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), instituídos em 30 de junho de 2005 pela Lei 11.129¹¹.

Vinculada à Secretaria-Geral, cabe à SNJ a tarefa de formular, coordenar, integrar e articular políticas públicas para a juventude, além de promover Planos de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados para as políticas juvenis¹².

Já a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPPIR/PR) tem, entre seus objetivos institucionais, as atribuições de colaborar na formulação, no monitoramento e na avaliação das políticas de enfrentamento ao racismo e de promoção da igualdade racial.

¹¹Disponível em <http://www.juventude.gov.br/sobre-a-secretaria/view> Acesso em 16/12/2013

¹²(idem 10)

Criada pela Medida Provisória nº 111, de 21 de março de 2003, convertida na Lei 10.678, a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República nasce do reconhecimento das lutas históricas do Movimento Negro brasileiro.

A data é emblemática, pois em todo o mundo celebra-se o Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial, instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU), em memória do Massacre de Shaperville.

As ações realizadas em 2013 pela SEPPIR na coordenação do Plano Juventude Viva estão diretamente relacionadas aos objetivos constantes no Plano Mais Brasil – PPA 2012-2015:

- OBJETIVO 0772 - Promover a incorporação da perspectiva da igualdade racial nas políticas governamentais, articulando ministérios e demais órgãos federais, estados e municípios
- OBJETIVO 0776 - Instituir medidas de prevenção e enfrentamento do racismo institucional, fomentando a valorização da pluralidade étnico-racial em instituições públicas e privadas.
- OBJETIVO 0778- Estabelecer pactos intersetoriais e interinstitucionais que revertam as altas taxas de mortalidade precoce na população negra, garantindo seu direito à vida.

Papel da SNJ/SG e SEPPIR em relação ao Juventude Viva

O processo de discussão e elaboração do Plano Juventude Viva iniciou-se em julho de 2011 no Fórum Direitos e Cidadania, instância responsável por promover a articulação política e gerencial das ações voltadas para a garantia e expansão do exercício da cidadania (BRASIL, SNJ/SG, 2012).

Neste fórum, deliberou-se que a SNJ/SG e SEPPIR fossem as Coordenadoras do Plano Juventude Viva. Para melhor compreensão do leitor,

destacamos a seguir aspectos que revelam o papel destes órgãos no campo da implementação do Plano Juventude Viva.

A SNJ busca incentivar a participação e envolvimento dos movimentos negro, de juventude e hip hop na formulação do Plano. Por isso, é perceptível a presença e intervenções desses atores em todas as atividades organizadas pela SNJ, seja atividades no Palácio do Planalto seja atos públicos no Congresso Nacional.

A interação entre a SNJ e a Sociedade Civil ocorre em todas as fases dessa política pública, sobretudo, no momento da definição da agenda e implementação. Sendo que a formulação também é compartilhada com a sociedade civil.

As principais as ações da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República para o Programa Juventude Viva em Maceió/AL, são: acompanhamento das ações do Plano Juventude Viva nos quatro municípios prioritários de Alagoas (Arapiraca, Maceió, Marechal Deodoro e União dos Palmares); realização Oficinas de Identificação e Abordagem do Racismo Institucional para gestores públicos dos municípios prioritários de Alagoas com o objetivo de colaborar com a incorporação da temática racial nas ações do Plano Juventude Viva; realização de chamada pública para seleção de projetos de comunicação comunitária voltados ao enfrentamento à violência contra a juventude negra, assinatura do Protocolo de Intenções para a Redução de Barreiras de Acesso à Justiça para a Juventude Negra em Situação de Violência entre Ministério da Justiça, a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Secretaria Geral da Presidência, Conselho Nacional de Justiça, Conselho Nacional de Defensores Públicos Gerais, Conselho Nacional do Ministério Público e o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; acompanhamento de ações de formação policial, pesquisa e aperfeiçoamento institucional com Ministério da Justiça no sentido de promover o enfrentamento ao racismo e à violência institucional.

Portanto, considerando, os acordos entre as duas Secretarias, destaca-se que a SEPPIR e SNJ/SG contribuíram em realizações de pesquisas sobre instituições de segurança pública, elaboração do Guia do Plano Juventude Viva

para os municípios com descrição das formas de acesso aos Programas Federais, elaboração de conteúdo e materiais de mídia da Campanha Juventude Viva com destaque para dois vídeos institucionais da campanha para o lançamento em Alagoas e violência contra a população negra e contribuições no âmbito de Formação para Profissionais de Segurança Pública.

O próximo capítulo é dedicado à análise e apresentação das principais ações do Programa Juventude Viva para melhor contextualização. Na tabela, abaixo, identificamos os oitos ministérios que desenvolvem essas ações, cujo principais Ministérios são: Educação, Saúde, Trabalho e Emprego, Cultura, Justiça, esporte, SNJ e SEPPIR.

As ações foram sistematizadas na tabela, onde constam informações sobre as ações, o órgão responsável pela ação, descrição sumária do Projeto e/ou Programa, assim como Como o programa se insere no Plano Juventude Viva, Recursos orçamentários e a identificação do Instrumento jurídico para formalização.

A seguir serão apresentadas uma sequencia de quadros, organizados em função dos dados obtidos em relação, primeiro, aos problemas que atingem e se conectam à morte de jovens, que permanece alta e, segundo, em virtude dos recursos alocados.

Quadro 1 – Parceiros do Juventude Viva – Ministério da Saúde

Área	Saúde				
Órgão Responsável	Projeto Programa	Meta/objetivo Descrição	Como o programa se insere no Plano Juventude Viva	Instrumento jurídico para formalização	Recursos orçamentários
Ministério da Saúde (MS)	Vivajovem.com (2) formação de multiplicadores	Capacitação de 100 jovens contemplados pelas atividades de formação, além de profissionais de saúde responsáveis pelo acompanhamento dos multiplicadores.	Os cursos darão ênfase à prevenção de violências e promoção da Cultura da Paz.	Acordo entre MS, Secretaria de Estado de Saúde de Alagoas e Secretaria Municipal de Saúde de municípios prioritários em saúde de adolescentes e jovens.	R\$ 200.000,00 (estimativa)
	Notificação Compulsória de Violência Doméstica, Sexual e outras Violências	Cursos de capacitação sobre a Ficha de Notificação Compulsória para gestores estaduais e das capitais	Prioridade para os municípios do Plano recebam capacitação sobre a Ficha de Notificação.	Agendas de eventos de capacitação estabelecidas entre secretarias estadual e municipais.	Não ha recursos
	Núcleo de Prevenção de Violências e Promoção da Saúde (NPVPS)	A implantação dos Núcleos visa à qualificação das ações de vigilância e prevenção de violências e acidentes e vigilância e prevenção de lesões e mortes no trânsito e promoção da paz no trânsito.	Implantação dos NPVPS no Estado de Alagoas para ações de Enfretamento à Violência contra Jovens Negros.	Portaria nº 22, de 09/08/12	R\$ 340.000,00
	Academias de Saúde	Implantar 5 academias de saúde nos municípios do Plano. As Academias de Saúde são espaços de promoção da saúde constituídos com infraestrutura, equipamentos e pessoal para a orientação de práticas corporais e atividade física e de lazer e modos de vida saudáveis.	Apoiar os municípios União dos Palmares e Marechal Deodoro para apresentação de projetos para a implantação de Academias de Saúde. Há três pedidos de polos em análise em Maceió, dois em construção em Arapiraca e um em Rio Largo.	Portaria nº 719, de 07 de abril de 2011.	R\$ 1.032.000,00

Fonte: Brasil, SNJ/SG, 2012. Balanço de 1 ano de Gestão do Plano em Alagoas.

Embora não tenha sido possível fazer a análise profunda desses programas do Ministério da Saúde, constante no quadro 1, observa-se que todos esses Programas do MS eram realizados e sem correlação com o Programa Juventude Viva. O papel do programa foi centralizar informações sobre os programas e tentar inserir a temática racial que, embora os parceiros tenham estabelecido priorizar que os jovens e territórios do Juventude Viva fossem priorizados nesses programas. Com isso, buscou-se incluir no planejamento dessas Políticas Públicas a inclusão no Planejamento estadual e municipal esses Programas para apoiar no planejamento e monitoramento das ações do Juventude Viva.

Outro ponto a ser observado, trata dos recursos orçamentários que chegou a R\$ 1.572.000,00 para a implementação desse programas. Observa-se que o Juventude Viva pode ter articulado as portarias que habilitam os municípios ao recebimento dos incentivos de construção de pólos de Academiada Saúde com recursos orçamentários do Programa.

Quadro 2 – Parceiros do Juventude Viva – Ministério da Cultura

Área	Cultural				
Órgão Responsável	Projeto Programa	Meta/objetivo Descrição	Como o programa se insere no Plano Juventude Viva	Instrumento jurídico para formalização	Recursos orçamentários
Ministério da Cultura (MinC)	Usinas Culturais	O Programa Usinas Culturais tem por finalidade a realização de investimentos em infra-estrutura e programação cultural em áreas de alta vulnerabilidade social.	Estão pré-habilitados para inscrição de propostas os municípios de Marechal Deodoro, São Miguel dos Campos, Arapiraca, União dos Palmares e Maceió. Implantação de até 7 Usinas Culturais em 2013, sendo 3 em Maceió.	Edital	R\$ 2,5 milhões
	Praças do Esporte e da Cultura (PEC)	O objetivo das Praças dos Esportes e da Cultura é integrar num mesmo espaço físico, programas e ações culturais, práticas esportivas e de lazer, formação e qualificação para o mercado de trabalho, serviços sócio-assistenciais, políticas de prevenção à violência e inclusão digital, de modo a promover a cidadania em territórios de alta vulnerabilidade social.	O programa busca capacitar a comunidade bem como a administração pública local para gestão da PEC após a sua inauguração. Neste âmbito estão sendo desenvolvidas diversas ações de capacitação, seja por meio de seminários regionais presenciais, seja por encontros virtuais. Implantação de 2 Praças de Esporte e Cultura no município de Maceió.	SICONV	R\$2.395.000,00 Para uma PEC Bairro Santa Lúcia - Maceió - AL. e R\$2.880.000,00 para uma PEC no Bairro Benedito Bentes - Maceió – AL).

Fonte: Brasil, SNJ/SG, 2012. Balanço de 1 ano de Gestão do Plano em Alagoas.

Os Programas do Ministério da Cultura, no quadro 3, serão realizados nos 132 municípios brasileiros incluindo todas as capitais e o Distrito Federal, com maiores números de homicídios. Uma das contribuições do Juventude Viva é direcionar às ações de mobilização social da comunidade que receberá o empreendimento. No caso específico dos recursos que serão aplicados em Alagoas, podemos destacar que os valores chegam a 7,7 milhões.

Quadro 3 – Parceiros do Juventude Viva – Ministério da Justiça

Área	Justiça				
Órgão Responsável	Projeto Programa	Meta/objetivo Descrição	Como o programa se insere no Plano Juventude Viva	Instrumento jurídico para formalização	Recursos orçamentários
Ministério da Justiça (MJ)	Protejo e Mulheres da Paz	objetiva em linhas gerais, a capacitação de mulheres atuantes na comunidade para que se constituam, institucionalmente, como mediadoras sociais a fim de fortalecer as práticas políticas e socioculturais desenvolvidas pelas e para as mesmas, a partir do empoderamento feminino, além de construir e fortalecer redes de prevenção da violência doméstica e enfrentamento às violências que compõem a realidade local e que envolvam jovens e mulheres.	Execução do PROTEJO em Maceió, envolvendo 150 jovens. Execução do Projeto Mulheres da Paz em Maceió, envolvendo 75 mulheres	Convênio instituída pela Lei nº 11.530/2007 e pelo Decreto nº 6.490/2008	R\$ 731.000,00

Fonte: Brasil, SNJ/SG, 2012. Balanço de 1 ano de Gestão do Plano em Alagoas.

O programa, “Protejo e Mulheres da Paz”, foi criado em 2007, ou seja, cinco anos antes da formulação do Juventude Viva. Ademais, o público alvo desse projeto são mulheres da própria comunidade, que são capacitadas em temas como gênero e direitos da mulher, direitos humanos e cidadania, violências, fatores de risco e protetivos e prevenção a drogadição, para agirem como multiplicadoras do Programa, tendo como incumbência prevenir a violência juvenil e o envolvimento dos jovens com as drogas, bem como, a violência de gênero.

Desse modo, outra contribuição importante é que essas mulheres atuam na mobilização social, articulando, em parceria com a equipe multidisciplinar do Projeto, a rede de proteção social local, mantendo a interlocução e encaminhando esses jovens e mulheres em situação de vulnerabilidade para que sejam atendidos pelos serviços municipais e por Projetos de Formação e capacitação, em especial, o Protejo.

Quadro 4 – Parceiros do Juventude Viva – Ministério da Educação

Área	Educação				
Órgão Responsável	Projeto Programa	Meta/objetivo Descrição	Como o programa se insere no Plano Juventude Viva	Instrumento jurídico para formalização	Recursos orçamentários
Ministério da Educação	Projovem urbano	O Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária – ProJovem foi concebido para retomar a trajetória escolar de uma parcela da juventude, de modo a prosseguir nos estudos e de resgatar sua autoestima. Atender 3.000 jovens em Maceió	Público-alvo: jovens de 18 a 29 anos que, apesar de muitas idas e vindas na escola, não concluíram o ensino fundamental e se sentem excluídos da vida escolar, profissional e social. Retomada do PROJOVEM Urbano em parceria com o Estado de Alagoas, com pagamento per capita diferenciado para o atendimento nos municípios priorizados pelo Plano em Alagoas na edição de 2013.	Adesão	Maceió: R\$9.072.000,00 , conforme Resolução FNDE nº 60/2011 e outros R\$5.400.000,00 de auxílio financeiro para os estudantes no valor de R\$100,00/mês.
	Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade.	Promover a disseminação dos referenciais políticos, pedagógicos e legais que fundamentam a concepção e as práticas pedagógicas e de gestão voltadas ao desenvolvimento inclusivo na escola entre os municípios.	Os municípios de Maceió e Arapiraca poderão propor a organização de um seminário com o intuito de sensibilizar e mobilizar para o desenvolvimento de ações de enfrentamento à violência contra a juventude e de apresentar as ações já formuladas.	Repasse às escolas pelo FNDE.	R\$ 369.238,32

Ministério da Educação	Programa Ensino Médio Inovador – PROEMI (SEB/MEC)	Tem como objetivo promover ações compartilhadas, com os Estados e o Distrito Federal, para melhoria do ensino médio e a perspectiva de universalização do acesso e permanência de todos os adolescentes de 15 a 17 anos nesta etapa da educação básica.	Implantar o Programa Ensino Médio Inovador em todas as escolas municipais e estaduais de Maceió, Arapiraca, Marechal Deodoro e União dos Palmares, com prioridade para aquelas localizadas nos bairros mais afetados pela violência.	Repasse às escolas pelo FNDE.	R\$ 4.758.000,00
	Programa Escola Aberta (SEB/MEC)	O Programa Escola Aberta incentiva e apoia a abertura, nos finais de semana, de escolas públicas de educação básica localizadas em territórios de vulnerabilidade social.	a) Indução do Programa Escola Aberta em 100% das escolas localizadas nos municípios prioritários em Alagoas, garantindo a abertura destas nos finais de semana. b) Estimular que as escolas debatam e trabalhem: inclusão social, prevenção da violência e enfrentamento ao racismo.		R\$ 2.136.000,00
	Programa Mais Educação	constitui-se como estratégia do Ministério da Educação para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular na perspectiva da Educação Integral.	Implantar o Programa Mais Educação nas escolas municipais e estaduais de Maceió, Arapiraca, Marechal Deodoro e União dos Palmares, com prioridade para aquelas localizadas nos bairros mais afetados pela violência.	Portaria Interministerial nº 17/2007 e regulamentada pelo Decreto 7.083/10	Secretaria de Educação Básica (SEB), por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) do FNDE.
	Programa Saúde na Escola	tem por finalidade contribuir para a formação integral dos estudantes da rede pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde.	Incentivo às escolas dos municípios prioritários (Maceió, Arapiraca, União dos Palmares e Marechal Deodoro) a escolher as atividades do macrocampo Promoção da Saúde disponibilizado pelo Programa Mais Educação.	Decreto Nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007	R\$ 4.578.000,00

Fonte: Brasil, SNJ/SG, 2012. Balanço de 1 ano de Gestão do Plano em Alagoas.

Destacaremos para explicar, o Programa, “Projovem urbano”, o qual integra o ensino fundamental, qualificação profissional e ação comunitária, por isso o programa pode se relacionar com o Programa Juventude Viva porque busca oferecer oportunidade para que os jovens experimentem novas formas de interação, se apropriem de novos conhecimentos, reelaborando suas próprias experiências e sua visão de mundo e, ao mesmo tempo, se reposicionando quanto a sua inserção social e profissional. Os recursos disponíveis para Maceió/AL somam R\$ 14.472.000,00. Na edição 2012 do Projovem Urbano, os municípios de Maceió e Arapiraca desenvolvem o curso de 18 meses que teve início no dia 18 de junho de 2012, com previsão de término em 17 de dezembro de 2013. Os municípios de Maceió e Arapiraca fizeram adesão direta ao PJU/2012, por meio de suas secretarias de educação. Em 2013, os dois municípios por terem mais de 100 mil habitantes poderão fazer nova adesão.

Os municípios de Maceió e Arapiraca são polos do Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade. Os municípios de Marechal Deodoro e União dos Palmares fazem parte do polo de Maceió, ou seja, também são atendidos pelas ações do programa. Os municípios de Maceió e Arapiraca firmaram convênio com o FNDE no final de 2011 para execução das ações de formação em 2012 e 2013. Os recursos são transferidos em parcelas de acordo com o Plano de Trabalho, num valor total de R\$ 369.238,32 para Maceió e R\$ 151.808,58 para Arapiraca.

Diversos desses programas de Educação, se realmente realizados, proporcionam o fortalecimento da convivência comunitária, evidencia a cultura popular, as expressões juvenis e o protagonismo da comunidade, além de contribuir para valorizar o território e os sentimentos de identidade e pertencimento.

Quadro 5 – Parceiros do Juventude Viva – Ministério do Trabalho e Emprego

Área	Trabalho e Emprego				
Órgão Responsável	Projeto Programa	Meta/objetivo Descrição	Como o programa se insere no Plano Juventude Viva	Instrumento jurídico para formalização	Recursos orçamentários
Ministério do Trabalho e Emprego(MTE)	Plano Territorial de Qualificação Juventude Viva	Cursos de qualificação social e profissional e intermediação de mão de obra, em ocupações requeridas pelo mercado de trabalho, cujo projeto deverá ser aprovado pela Comissão Municipal de Emprego.	Qualificação Social e Profissional de 5.000 (cinco mil)Trabalhadores, na faixa etária de 16 a 29 anos, prioritariamente, negros e debaixa escolaridade.	convênio plurianual com o município de Maceió.	R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT
	ProJovem Trabalhador	Cursos de qualificação social e profissional e intermediação de mão de obra, em ocupações requeridas pelo mercado de trabalho, com provimento de auxílio financeiro no valor individual de R\$ 600,00ao jovem	Qualificação Social e Profissional de 3.000 (três mil) Trabalhadores	Termo de parceria	R\$ 6.000.000,00 referente aos cursos de qualificação e R\$ 1.800.000 referente ao

Fonte: Brasil, SNJ/SG, 2012. Balanço de 1 ano de Gestão do Plano em Alagoas.

Os dados apresentados permitem inferir e problematizar que embora, vultuosos orçamentos, essas ofertas no mercado de trabalho são para a qualificação social e profissional dos jovens negros de baixa escolaridade, pois historicamente, a população negra ocupou papel central no mundo do trabalho, seja como prestadores de serviços aos quais a classe média recorrem ostensiva e sistematicamente, seja ocupando os cargos de menor prestígio social e econômico.

Quadro 6 – Parceiros do Juventude Viva – Ministério do Esporte

Área	Esporte				
Órgão Responsável	Projeto Programa	Meta/objetivo Descrição	Como o programa se insere no Plano Juventude Viva	Instrumento jurídico para formalização	Recursos orçamentários
Ministério do Esporte	Programa Segundo Tempo	Destinado a democratizar o acesso à prática e à cultura do esporte educacional, de forma a promover o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, prioritariamente daqueles que se encontram em áreas de vulnerabilidade social.	Público-alvo: crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. convênio com município de Maceió para o atendimento de 5.000 beneficiados, distribuídos em 50 núcleos.	Edital Público Lei 12.465 de 12 de agosto de 2011.	R\$2.351.204,74
	Programa Segundo Tempo na Escola	Parceria entre os Ministérios do Esporte e Educação caracterizada pela ação integrada de suas políticas de modo a estabelecer as condições mínimas necessárias para viabilizar a oferta na escola.	Contemplar com o Programa todas as escolas municipais de Alagoas ainda não atendidas nos territórios selecionados de Maceió/AL.	convênio	R\$ 3.641,22 por escola
	Praça da Juventude	objetiva democratizar o acesso a equipamentos públicos de esporte e lazer ampliando a oportunidade de desenvolvimento de práticas esportivas, educativas, culturais e sociais, por meio de construção de	Há duas praças já previstas na cidade de Maceió e Marechal Deodoro.	Contrato de Repasse.	R\$ 1.700.000,00

Fonte: Brasil, SNJ/SG, 2012. Balanço de 1 ano de Gestão do Plano em Alagoas.

Área	Juventude				
Órgão Responsável	Projeto Programa	Meta/objetivo Descrição	Como o programa se insere no Plano Juventude Viva	Instrumento jurídico para formalização	Recursos orçamentários
Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República	Estação da Juventude	O programa visa implantar no território um modo de atendimento à juventude, um ponto de articulação das diversas políticas e ações úteis aos jovens e de formação de redes de apoio e emancipação dos jovens.	2 Estações da Juventude: uma estação na modalidade complementar e uma na modalidade itinerante (veículo que circula entre diferentes municípios) – convênio com o Estado de Alagoas.	Convenio	R\$ 258.633,00 para a modalidade complementar; R\$ 633.000,00 para a modalidade itinerante

Fonte: Brasil, SNJ/SG, 2012. Balanço de 1 ano de Gestão do Plano em Alagoas.

Este capítulo serviu para conhecer as ações do Programa Juventude Viva e os recursos envolvidos em Maceio/AL. Observa-se que todos os programas já existiam e o papel do Juventude Viva foi articular que os Municípios do Plano tenham prioridade, todavia, embora o público-alvo desses programas sejam os jovens em situação de vulnerabilidade social, não há como inserção averiguar em que medida eles, de fato, acolheram os elementos levantados pelo JUVIVA na perspectiva da intersetorialidade e interseccionalidade. Também, cabe mencionar que os recursos orçamentários previstos totalizam, aproximadamente, sessenta milhões de reais em um ano, sendo que o Ministério do Trabalho e Emprego é o órgão que aplicou mais dinheiro no Plano Territorial de Qualificação Juventude Viva. Outro destaque, são os programas do Ministério da Educação, pois foi o segundo órgão a mais investir orçamento nesses programas de educação.

Todavia, não foi possível fazer uma análise aprofundada das realizações de cada um desses programas, com isso não foi possível estabelecer conexão entre essas ações e o Programa Juventude Viva, tampouco, não foi possível verificar se essas ações impactaram o mapa da violência contra os jovens negros em Maceió/AL, dado o pouco tempo como dito na introdução e falta de investigação sobre o monitoramento do Plano.

Entretanto, foi possível observar a tentativa de desenvolver ações conjunta e combinada de diferentes políticas nos territórios de maior vulnerabilidade para o enfrentamento à violência, mas há de se verificar o alcance destas parcerias e se houve algum impacto sobre o público alvo, ou seja, em se houve resultado para os jovens negros em situação de vulnerabilidade social.

Estas informações sobre as Ações do Plano são importantes porque podemos perceber que o Plano pretende articular diversas áreas do Governo para criar oportunidades de inclusão e aprimorar a atuação do Estado para o problema da violência contra os jovens no País. Assim, busca-se implementar políticas públicas de inclusão, além das ações no âmbito da Segurança Pública e este é um fator positivo.

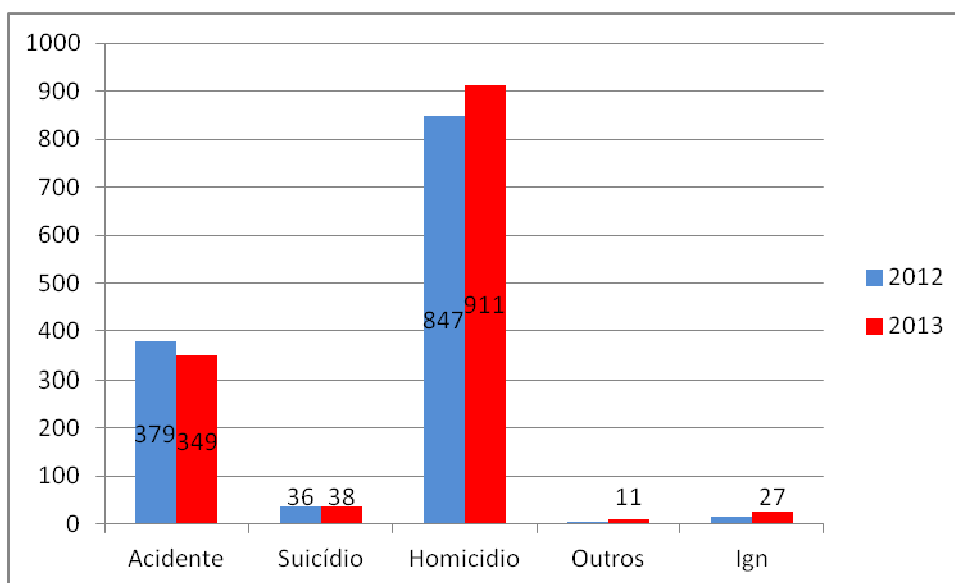
CAPÍTULO 4 - Indicadores e diagnósticos de homicídios em Alagoas/AL

Diante de todas as limitações impostas pelo trabalho de campo, por se tratar de uma política recente, apenas com um ano de implementação, uma das alternativas encontradas para problematizar a efetividade do mesmo foi a forma indireta de mensurar o impacto da política nos índices de homicídios em Maceió/AL.

Este capítulo visa apresentar os indicadores e diagnósticos de homicídios em Alagoas. O estado de Alagoas/AL ocupa a 1ª posição no Brasil em taxas de homicídio, sendo que grande parte dos homicídios ocorrem nas duas cidades com maior concentração populacional do estado (Maceió e Arapiraca) e em mais 12 cidades do interior (Mapa da Violência, 2012).

Analizando somente os dados de Maceió/AL, gráficos a seguir, observamos que o Plano Juventude Viva não interferiu nos indicadores de homicídios, pois em virtude do já anunciado, a fragilidade dos resultados da política, tendo em vista seu curto prazo de implementação e o desencontro entre coerência de dotação figura nos registros da pesquisa.

**Gráfico 1 - Óbitos - Causa Externa - Ocorrência Maceió
Frequência por Ano do Óbito segundo Tipo de Violência**

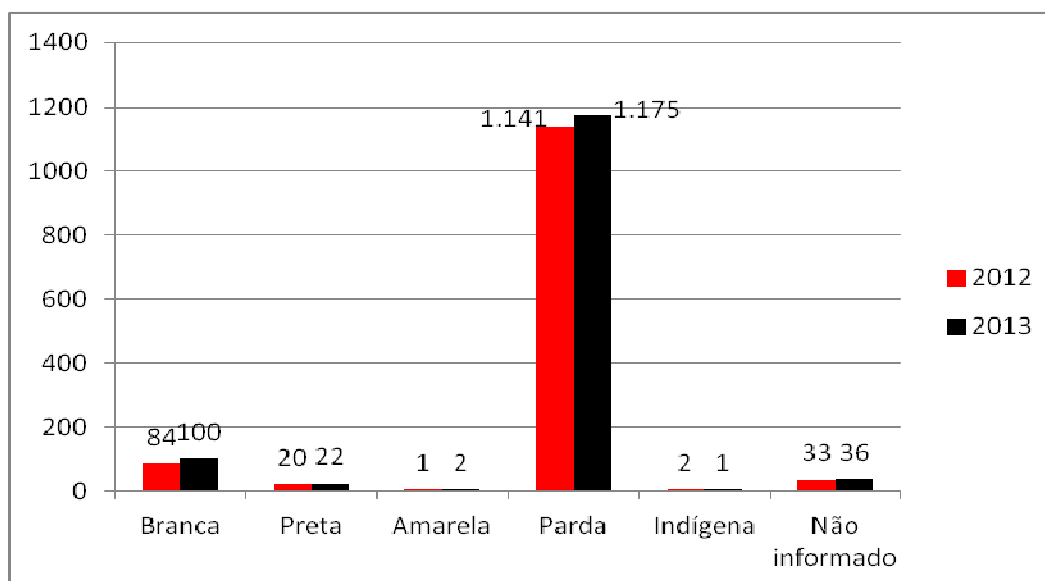


Fonte: SIM/N-SIVE/DIVEP/SUVISA/SESAU-AL (21/05/2014) Dados sujeitos a revisão.

A partir da análise qualitativa desse gráfico e dos programas implementados do JUVIVA, pode ser observado que o número de homicídios entre 2012 e 2013 aumentou, ou seja, 64 vítimas a mais em relação à 2012.

Mais que isso, o número de homicídios aumentou entre os Negros e diminuiu entre os Brancos, veja próximo gráfico, onde podemos constar que mesmo que essa Política Pública tenha sido direcionado para combater o extermínio da juventude negra, observa-se o aumento de homicídios entre os pardos.

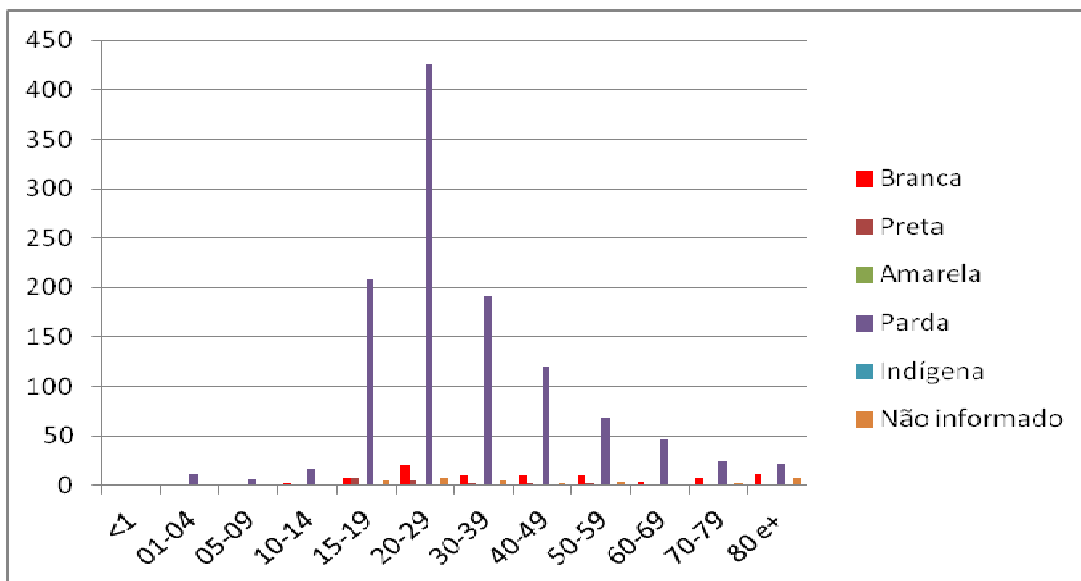
Gráfico 2 - Óbitos - Causa Externa - Ocorrência Maceió
Frequência por Ano do Óbito segundo Raça/Cor



Fonte: SIM/N-SIVE/DIVEP/SUVISA/SESAU-AL (21/05/2014). Dados sujeitos a revisão.

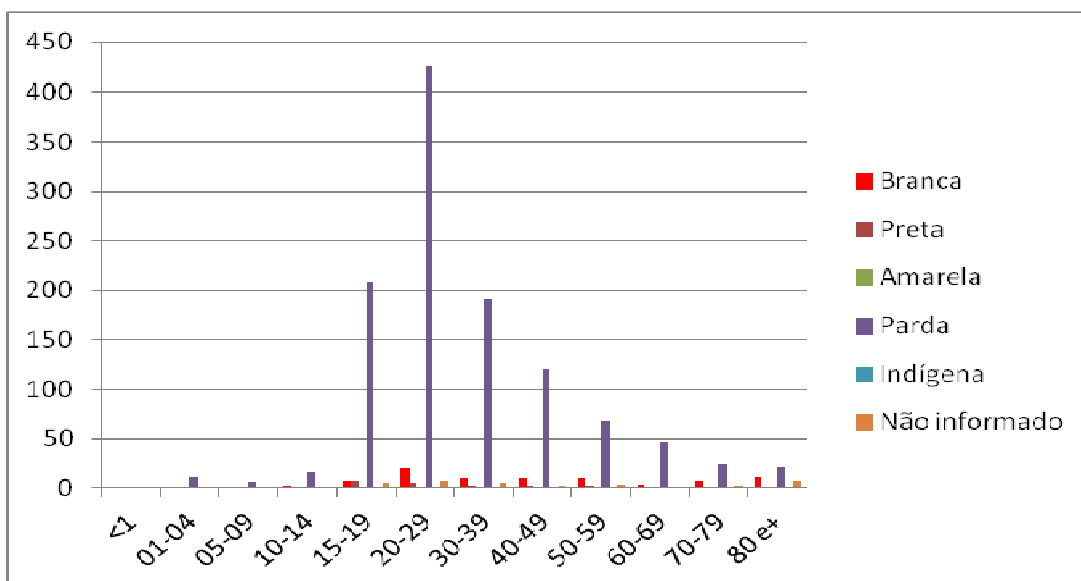
No que se refere a raça/cor das vítimas, a partir dos gráficos 2, 3 e 4, pode-se estabelecer relação entre a população negra e os índices de homicídios. Podemos concluir que há aumento de vulnerabilidade para as pessoas negras. Observa-se que a principal vítima da violência são os jovens negros. Logo, podemos constatar que há uma relação estreita entre pessoas negras e vulnerabilidade social.

Gráfico 3 - Óbitos - Causa Externa - Ocorrência Maceió - 2012
Frequência por Faixa Etária segundo Raça Cor



Fonte: SIM/N-SIVE/DIVEP/SUVISA/SESAU-AL (21/05/2014). Dados sujeitos a revisão.

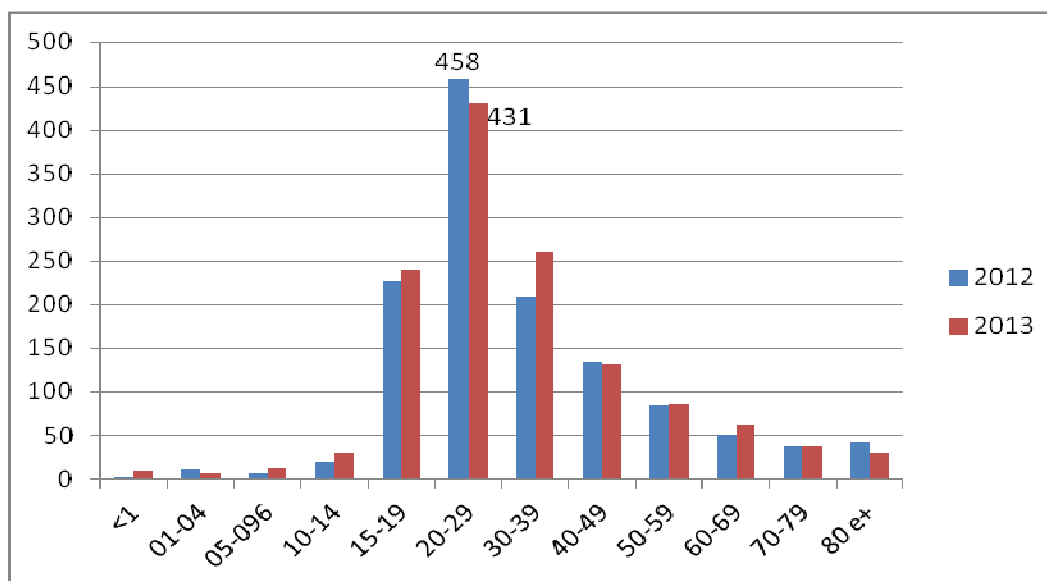
Gráfico 4 - Óbitos - Causa Externa - Ocorrência Maceió - 2013
Frequência por Faixa Etária segundo Raça Cor



Fonte: SIM/N-SIVE/DIVEP/SUVISA/SESAU-AL (21/05/2014). Dados sujeitos a revisão.

O risco de óbito por homicídio segundo raça/cor e idade (faixa etária) foi estratificado, onde se pode perceber que a maioria das vítimas é a juventude negra. Esta variável é um dos principais gráficos desse estudo, já que faixa etária e a raça/cor associam-se a homicídio. Homens negros (pretos e pardos) apresentaram maiores riscos de óbito do que os brancos em todas as faixas etárias, principalmente entre 15 e 59 anos.

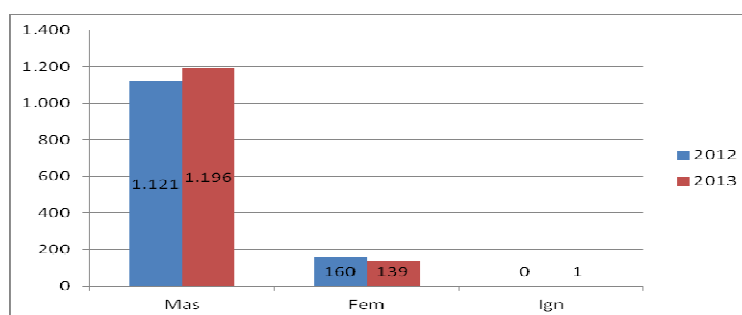
**Gráfico 5 - Óbitos - Causa Externa - Ocorrência Maceió - 2012
Frequência por Faixa Etária**



Fonte: SIM/N-SIVE/DIVEP/SUVISA/SESAU-AL (21/05/2014). Dados sujeitos a revisão.

Neste gráfico, pode-se observar a diminuição de homicídios entre jovens, com isso, me parece que o JUVENTUDE VIVA acerta ao direcionar à juventude, com especial atenção aos jovens negros de 15 a 29 anos do sexo masculino, com baixa escolaridade, moradores dos bairros com maiores índices de homicídios. Todavia, me parece que o número é muito baixo diante das ações e orçamento aplicado naquele Município, ou seja, diminuição de 27 jovens, isto é, está muito distante do necessário.

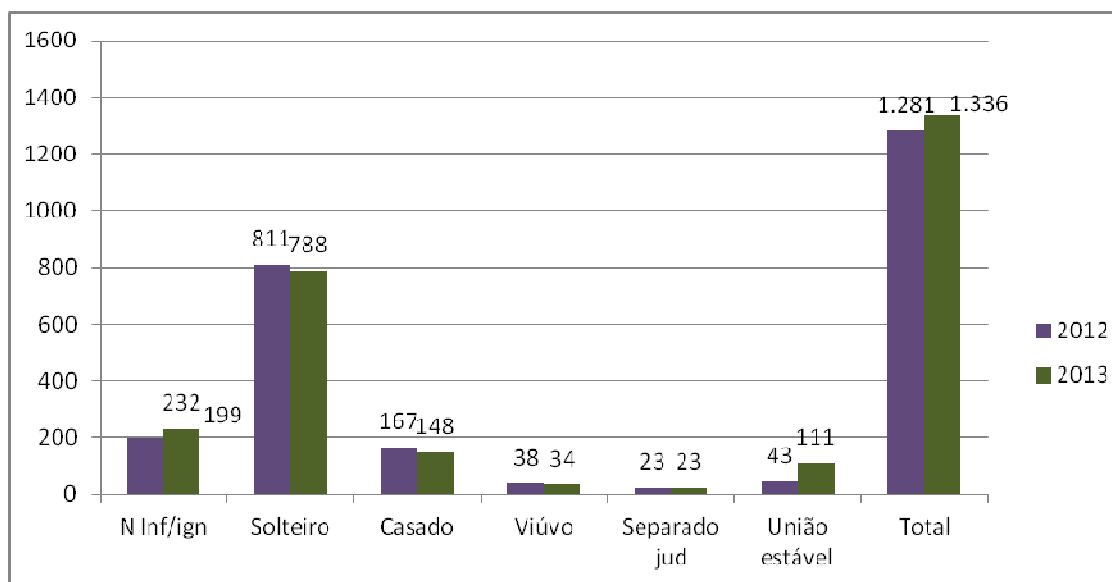
**Gráfico 8 - Óbitos - Causa Externa - Ocorrência Maceió
Frequência por Ano do Óbito segundo Sexo**



Fonte: SIM/N-SIVE/DIVEP/SUVISA/SESAU-AL (21/05/2014). Dados sujeitos a revisão.

O sexo masculino apresentou maior risco de óbito do que o sexo feminino. Os homens apresentaram maiores percentuais de homicídios na faixa etária de 15 a 59 anos, comparados às mulheres.

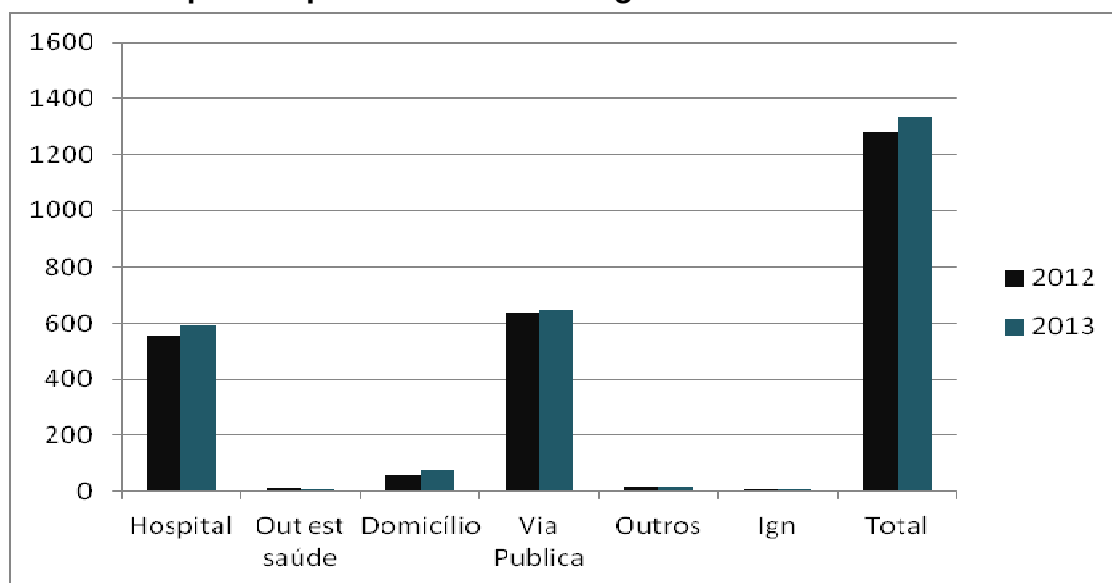
Gráfico 6 - Óbitos - Causa Externa - Ocorrência Maceió
Frequência por Ano do Óbito segundo Estado Civil



Fonte: SIM/N-SIVE/DIVEP/SUVISA/SESAU-AL (21/05/2014). Dados sujeitos a revisão.

O estado civil das vítimas pode ser apreciado na tabela 6, onde pode se constatar que os solteiros são as maiores vítimas dos homicídios. Enquanto 167 vítimas eram casadas, 811 eram solteiro, essa disparidade se verifica nos dois anos analisados.

Gráfico 7 - Óbitos - Causa Externa - Ocorrência Maceió
Frequência por Ano do Óbito segundo Local Ocorrência



Fonte: SIM/N-SIVE/DIVEP/SUVISA/SESAU-AL (21/05/2014). Dados sujeitos a revisão.

No Gráfico 7 podemos observar que os homicídios acontecem principalmente em via pública, nos finais de semana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Plano Juventude Viva tornou visível a questão alarmante da violência contra jovens negros e aproximou gestores públicos para atuação em territórios profundamente vulnerabilizados.

A implantação do Plano Juventude Viva em Alagoas possibilitou o reconhecimento, por parte de diferentes sujeitos políticos, do racismo como um dos determinantes da maior vulnerabilidade da juventude negra à violência.

Algumas considerações em relação ao resultado e discussão entre indicadores do programa, à luz dos parceiros e programas, há de se reconhecer que o Plano Juventude Viva é um esforço de coordenação de políticas públicas visando garantir direitos e prevenir a violência que atinge a juventude negra. Para tanto, articulou diversos Programas dos órgãos federais, estaduais e municipais.

Entretanto, como se pode perceber, os números de homicídios diminuíram muito pouco e não foi possível diagnosticar a relação entre as ações do Juventude Viva e a diminuição dos homicídios em Maceió/AL, onde o programa foi implementado.

O Plano Juventude Viva busca oferecer um conjunto de políticas sociais como forma de incrementar e promover o acesso por parte destes Jovens a direitos sociais básicos.

O sucesso do Programa consiste em colocar como prioridade nas Políticas Públicas os jovens em situação de exposição à violência, como aqueles que se encontram ameaçados de morte, em situação de violência doméstica, em situação de rua, cumprindo medidas socioeducativas, egressos do sistema penitenciário e usuários de crack e outras drogas.

De acordo com os gráficos demonstrados, os índices de homicídios em Maceió/AL continuam alarmantes e poucos resultados efetivos do Programa Juventude Viva.

Desde a escolha de Maceió/AL para a implementação do Plano, a Secretaria Nacional de Juventude e a Secretaria de Promoção de Políticas de

Igualdade Racial realizaram reuniões com representantes da sociedade civil do Município e Estado para dialogar sobre o Plano Juventude Viva.

Embora, o Plano Juventude Viva tenha contribuído para ampliar a percepção da importância da ação articulada de diferentes políticas nos territórios de maior vulnerabilidade para o enfrentamento à violência. Contudo, infelizmente, o Programa não impactou os indicadores de homicídios em Maceió/AL.

Referências Bibliográficas

AZEVEDO, Sérgio. Políticas públicas: discutindo modelos e alguns problemas de implementação. In. Políticas públicas e gestão local: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais. Rio de Janeiro: Fase, 2003. p. 38-44.

BARBOSA, Joaquim Gonçalves; HESS, Remi. *O diário de pesquisa: o estudante universitário e seu processo formativo*. Brasília: Liberlivro, 2010.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2002. CANO, Ignacio. *Introdução à Avaliação de Programas Sociais*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BEHRING, Elaine Rossetti. A nova condição da política social. Em Pauta. Rio de Janeiro, n. 10, p. 9-49, nov. 1993.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimento Estratégico. Plano Mais Brasil PPA 2012-2015 : agendas transversais – monitoramento participativo : ano base 2012 / Volume I Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Planejamento e Investimento Estratégico ; Secretaria-Geral da Presidência da República, Secretaria Nacional de Articulação Social - Brasília : Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/SPI, 2013.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimento Estratégico. Plano Mais Brasil PPA 2012-2015 : agendas transversais – monitoramento participativo : ano base 2012 / Volume II Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Planejamento e Investimento Estratégico; Secretaria de Orçamento Federal; Secretaria-Geral da Presidência da República, Secretaria Nacional de Articulação Social - Brasília : Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/SPI, 2013.

BRASIL. PR/PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Relatoria do Encontro Juventude Negra, Juventude Viva: Diálogos Governo e Sociedade Civil, realizado entre os dias 27 e 28 de novembro de 2012. 50 P.

BRASIL. SNJ/SG. Secretaria Nacional da Juventude. Balanço de 1 ano em Alagoas. 27 de setembro de 2013.

_____. Guia para implementação dos Programas Federais do Plano Juventude Viva em Alagoas. 2012.

BRONZO, Carla; VEIGA, Laura da. Intersetorialidade e políticas de superação da pobreza: desafios para a prática. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 92, p. 5-21, nov. 2007.

CKAGNAZAROFF, Ivan Beck; MELO, Joyce de Souza Cunha; CARVALHO, Débora Nacif de. Da gestão da intersetorialidade: o caso do Programa BH

Cidadania, Brasil. *Anais do Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública*. Santiago, Chile, p. 18-21, oct. 2005.

COLOMBO, Enzo. Descrever o social: a arte de escrever e pesquisa empírica. In: MELUCCI, Alberto. *Por uma Sociologia reflexiva: pesquisa qualitativa e cultura*. Petrópolis: Vozes, 2005.

DEMO, Pedro. *Metodologia Científica em Ciências Sociais*. São Paulo: Atlas, 1980.

DYE, Thomas D. *Understanding Public Policy*. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall, 1984.

FLICK, Uwe. *Introdução à Pesquisa Qualitativa*. 3a ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista. In: SOUZA, Jessé (org.). *Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea*. Brasília: EdUnB, 2001.

GARCIA, Ronaldo. Subsídios para organizar avaliações da ação governamental. *Planejamento e Políticas Públicas*, Ipea. Brasília, n. 23, p. 7-70, jan./jun. 2001. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/72/82>

GARCIA, Renísia Cristina Filice. *Identidade fragmentada: um estudo sobre a história do negro na educação brasileira: 1993-2005* / Renísia Cristina Garcia. — Brasília : Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007.

GARSON, Sol. *Regiões Metropolitanas: obstáculos institucionais à cooperação em políticas urbanas*. Tese (Doutorado). Instituto de Pesquisas e Planejamento Urbano e Regional — Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007. p. 64-104 e 130-182.

GUIMARÃES, Antonio Sergio A. (1999). *Racismo e Anti-Racismo no Brasil*, São Paulo, Ed. 34.

HEILBORN, Maria Luiza; BARRETO, Andreia; ARAUJO, Leila (org.). *Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça*. Rio de Janeiro: CEPESC, 2010

INOJOSA, Rose Marie. Intersetorialidade e a configuração de um novo paradigma organizacional. *RAP*, Rio de Janeiro, n. 32, p. 35-48, mar./abr. 1998.

_____. Sinergia em políticas e serviços públicos: desenvolvimento social com intersetorialidade. *Cadernos Fundap*, São Paulo, n. 22, p. 102-110, 2001.

IPEA/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Boletim de Análise Político-Institucional no 04* (2013). Brasília: Ipea, 2013.

JACCOUD, Luciana. *O combate ao racismo e à desigualdade: o desafio das*

Políticas Públicas de promoção das desigualdades raciais. In THEODORO, Mário et Alli(Org). As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos da Abolição. Brasília, IPEA, novembro/2008.

JUNQUEIRA, Luciano A. Prates. A gestão intersetorial das políticas sociais e o terceiro setor. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 25-36, jan./abr. 2004.

_____. Descentralização e intersectorialidade: a construção de um modelo de gestão municipal. *RAP*, Rio de Janeiro, n. 32, p. 11-22, mar./abr. 1998.

_____.; INOJOSA, Rose Marie; KOMATSU, Suely. Descentralização e intersectorialidade na gestão pública municipal no Brasil: a experiência de Fortaleza. *Anais do XI Concurso de Ensayos del Clad "El Tránsito de la Cultura Burocrática al Modelo de la Gerencia Pública: Perspectivas, Posibilidades y Limitaciones"*. Caracas, 1997.

KOGA, Dirce. Cidades entre territórios de vida e territórios vivido. *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo, n. 72, p. 23-52, nov. 2002.

_____. Medidas de cidades entre territórios de vida e territórios vividos. São Paulo: Cortez, 2003.

LASWELL Laswell, H.D. Politics: Who Gets What, When, How. Cleveland, Meridian Books. 1936/1958.

LEJANO, Raul. *Parâmetros para análise de políticas*: fusão de texto e contexto. Campinas, SP: Arte Escrita 2012

LYNN, L. E. Designing Public Policy: A Casebook on the Role of Policy Analysis. Santa Monica, Calif.: Goodyear. 1980.

LOBATO, Lenaura V. S. Algumas representações sobre a representação de interesses no processo de formulação de políticas públicas. In: *Políticas Públicas. Coletânea*. Brasília: Enap, 2006, v. 2, p. 289-311.

MEAD, L. M. "PublicPolicy: Vision, Potential, Limits", *PolicyCurrents*, Fevereiro: 1-4. 1995.

MENICUCCI, Telma Maria Gonçalves. Intersectorialidade, o desafio atual para as políticas sociais. *Pensar BH/Política Social*. Belo Horizonte, p. 10-13, maio/jul. 2002.

MINAYO, Maria Cecília. S.(org.). *Pesquisa Social*: teoria, método e criatividade. 22o edição. Petrópolis (RJ): Vozes, 1994.

_____.; ASSIS, S. G. de; SOUZA, E. R. (Orgs.). Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

_____.; SANCHES, O. Quantitativo-Qualitativo: oposição ou complementariedade? *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p.

239- 248, jul.-set. 1993.

NAJAM, A. Learning from the literature on policy implementation: a synthesis perspective (Working Paper WP-95-62). Luxenbur: International Institute for Applied Systems Analysis, 1995.

OSZLAK, O. Políticas públicas y regimenes politicos: reflexiones a partir de algunas experiencias latinoamericanas. *Revista de estudios CEDES* vol. 3 n. 2, Buenos Aires, pp. 5-58, 1980.

RAMOS, M. H. R.; BARBOSA, M. J. S. Gestão de políticas urbanas e mecanismos de democracia direta. In: *Metamorfoses sociais e políticas urbanas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p.113-131.

RAMOS, Marília e SCHABBACH, Letícia. O estado da arte da avaliação de políticas públicas: conceituação e exemplos de avaliação no Brasil. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, 46 (5), set./out., 2012, p. 1271-294. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rap/v46n5/a05v46n5.pdf>

RODRIGUES, Marta M. Assunção. Políticas Públicas. São Paulo: Publifolha, 2010.

RODRIGUES, L, C. Novas perspectivas metodológicas na avaliação de políticas públicas. *Revista Avaliação de Políticas Públicas*, ano 1, vol. 2, no 2, jul-dez, 2008, p. 117-119. Resenha do livro de Raul Lejano, Frameworks for policy analysis: mergin text and context. Nova York: Routledge, 2006, 269 pp. Disponível em:<http://www.wpmapp.oktiva.com.br/wp-aval/files/2009/11/Lea.pdf>

ROCHA, Ana Angélica B. M.A importância da implementação para a análise das políticas públicas. *Pensamento & Realidade*, São Paulo, ano XV, v. 27 n° 1/2012, p.3-16. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/pensamentorealidade/article/view/11521/8337>

ROSA, Maria V.F.P.C; ARNOLDI, Marlene A.G.C.A *entrevista na pesquisa qualitativa: mecanismos para validação dos resultados*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

PEREIRA, Amauri Mendes. Uma Abordagem do Movimento Negro na sociedade brasileira. In: PEREIRA, Amauri Pereira. *Trajetória e Perspectivas do Movimento Negro Brasileiro*. P.89 a 116.Belo Horizonte. Nandyala.2008

PETERS, B. G. American Public Policy. Chatham, N.J.: Chatham House. 1986.

SILVA. Frederico, ARAÚJO, Herton. *Cultura Viva: avaliação do Programa Arte, Educação e Cidadania*. Brasília: Ipea, 2010.

SILVA, Gustavo Tavares da. Políticas públicas e intersectorialidade: uma discussão sobre a democratização do Estado. *Cadernos Metrópole* n. 19, p. 81-97, 1o sem. 2008.

SOARES, Amanda Natalhe et AL. O diário de campo utilizado como estratégia de ensino e instrumento de análise do trabalho da enfermagem. *Revista Eletrônica de Enfermagem* [Internet]. 2011 out/dez;13(4):665-70. Disponível

em: <http://www.fen.ufg.br/revista/v13/n4/v13n4a10.htm>

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, no 16, p. 20-45, jul/dez 2006.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, no 16, jul/dez 2006, p. 20-45. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222006000200003&lng=pt&nrm=iso&userID=-2

SPOSATI, Aldaíza. Gestão pública intersetorial: sim ou não? Comentários de experiência. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 85, p. 133-141, mar. 2006.

VIANNA, Ana Luiza D'Ávila. Novos riscos, a cidade e a intersectorialidade das políticas públicas. *RAP*, Rio de Janeiro, n. 32, p. 3-33, mar./abr. 1998.

_____. Mapa da Violência 2012: A Cor dos Homicídios no Brasil / – Rio de Janeiro: CEBELA, FLACSO; Brasília: SEPPIR/PR, 2012.